RAZÃO OU REVELAÇÃO

NOS DIREITOS HUMANOS?

Conflito entre Secularismo de Kant e a Teologia Judaico-Cristã



PABLO CAMARÇO DE OLIVEIRA

CRV

Pablo Camarço de Oliveira

RAZÃO OU REVELAÇÃO NOS DIREITOS HUMANOS?
Conflito entre secularismo de Kant e a teologia judaico-cristã

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2026

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Imagem da capa: Elaborada pelo autor_Gemini
Revisão: O Autor

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE
Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

O48

Oliveira, Pablo Camarço de.
Razão ou revelação nos direitos humanos? Conflito entre secularismo de Kant e a teologia judaico-cristã / Pablo Camarço de Oliveira – Curitiba: CRV, 2026.
624 p.

Bibliografia
ISBN Digital 978-85-444-4258-6
ISBN Físico 978-85-444-4257-9
DOI 10.24824/978854444257.9

1. Teologia judaico-cristã 2. Fundamentação moral 3. Direitos humanos 4. Secularismo 5. Immanuel Kant I. Título II. Série.

CDU: 2-1 CDD: 210

Índice para catálogo sistemático
1. Filosofia e teoria da religião - 210

2026
Foi feito o depósito legal conf. Lei nº 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora CRV
Tel.: (41) 3165-3100 – Whatsapp (41) 9 9893-7826 – E-mail: sac@editoracrv.com.br
Conheça os nossos lançamentos: **www.editoracrv.com.br**

Conselho Editorial:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional
Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Eduardo Pazinato (UFRGS)
Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFFS)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade
de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade
de La Havana – Cuba)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Luciano Rodrigues Costa (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Mariah Brochado (UFMG)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Comitê Científico:

Alexandre Sanson (Justiça Federal – São Paulo/SP)
Aloisio Krohling (FDV)
André Pires Gontijo (UniCEUB)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Celso Ferreira da Cruz Victoriano (TJ-MT)
César Augusto de Castro Fiuza (Ferreira, Kumaira
e Fiuza Advogados Associados/UFMG)
Christine Oliveira Peter da Silva (STF)
Ciro Di Benatti Galvão (UNIPAC)
Claudine Rodembusch Rocha (FEEVALE)
Cristiane Miziara Mussi (UFRRJ)
Daniel Amin Ferraz (Amin, Ferraz, Coelho
Advogados/ Universidad de Valencia, UV, Espanha)
Daury Cesar Fabriz (UFES)
Edson Vieira da Silva Filho (FDSM)
Eduardo Pazinato (UFRGS)
Evandro Marcelo dos Santos
(Faculdade Três Pontas/MG)
Gláucia Aparecida da Silva Faria Lamblém (UEMS)
Janaína Machado Sturza (UNIJUÍ)
João Bosco Coelho Pasin (UPM)
Joséli Fiorin Gomes (UFSM)
Manoel Valente Figueiredo Neto (Registro
Imobiliário de Caxias do Sul, RS/UCS)
Marcio Renan Hamel (UPF)
Mariah Brochado (UFMG)
Renato Zerbini Ribeiro Leão (UNICEUB)
Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha (UFRJ)
Thiago Allisson Cardoso de Jesus (CEUMA)
Valéria Furlan (FDSBC)
Vallisney de Souza Oliveira (Justiça
Federal – Brasília/DF)
Vinicius Klein (UFPR)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Este trabalho é dedicado a Deus, o Senhor dos Exércitos, aquele que traz vida à alma e faz remir da angústia aquele que está abatido. Quando eu imaginava não mais ser factível retornar à universidade, Deus despertou-me e encorajou-me a ousar voltar, mais outra vez, ao exigente universo acadêmico da pós graduação. Dedico também aos meus pais, minha irmã, familiares, amigos, intercessores, professores encorajadores e também a todos aqueles cujo propósito divinamente eleito envolve a jornada acadêmica no contexto universitário.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, o Criador dos céus e da terra. Aquele que confere fôlego de vida a cada pessoa diariamente. Entre 2018 e 2019 eu estava por concluir o Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Após aquela exaustiva jornada, as circunstâncias de minha vida estavam colocando em segundo ou terceiro plano a continuidade na pesquisa acadêmica. Por fim, veio um engavetamento total do projeto acadêmico. Porém, anos depois, já nos meses finais de 2023, quando já estava fora de cogitação qualquer retorno ao mundo acadêmico, Deus despertou-me para que, novamente, retornasse à pós-graduação.

Agradeço também a meus pais, minha irmã, familiares, professores e amigos próximos que encorajaram a prosseguir em meio a tantos desafios cumulativos. Houve também inúmeros irmãos na fé, pessoas de uma vida dedicada à oração, que se dispuseram gentilmente a orar para que eu pudesse cumprir com êxito essa jornada. Creio que a providência divina conduziu todo o processo. Não foi fácil, mas houve o cuidado de Deus Pai.

Agradeço a Lars Gustav e a Nelson Juliano Matos por sempre me encorajarem a buscar o segundo doutorado, mesmo enquanto isso esteve fora dos meus planos. Ambos apostaram nisso quando eu mesmo já não considerava viável. Agradeço também a Delamar Volpato Dutra e Glauco Barreira Magalhães Filho, que também incentivaram o reingresso no mundo acadêmico. Agradeço ao professor Carlos Pires Brandão por ter encorajado a jornada filosófica desde o tempo anterior ao mestrado, num apoio que se renovou por ocasião da defesa da banca do doutorado na UFRJ. No âmbito da UFSC, tive gentil ajuda também das professoras Maria de Lourdes Alves Borges (sobre religiosidade em Kant) e Mariana Paolozzi Sérvulo da Cunha (sobre tomismo), que também indicou o professor Marcus Vinicius de Souza Nunes para colaborar com esclarecimentos sobre o assunto.

Tornando essa jornada ainda mais desafiadora, ocorreu a realização de um primeiro estágio pós-doutoral em Filosofia na UFSC simultaneamente com o doutorado em Direito na UFRJ. Depois houve um segundo pós-doutorado em Filosofia na UFSC concomitante ao doutorado da UFRJ. Houve dias de dedicação sacrificial, férias que foram utilizadas com o intuito de dedicação integral às pesquisas que conduziram a este trabalho. Reitero que a força diária necessária para avançar em tantos desafios foi providencialmente concedida pela bondade de Deus.

Simultaneamente à realização dos três cursos, houve o trabalho intenso e constante na Defensoria Pública do Maranhão, instituição que também encorajou a prosseguir nessa empreitada. Ali obtive apoio de Aldy, Paulo,

Cristiane, Gabriel Furtado, Elaine. Da equipe da Sexta Defensoria em Caxias, houve apoio de Tatiane, Eugênia, Ivan, Aline, Gabriel, Isadora e Adriano. Colaboraram, também, como parceiras externas a educadora Kerleiane e a assistente social Diana. Frank e Lindevania, durante o doutorado da UFRJ, foram entusiastas do intercâmbio em parceria com a Universidade de Salento (Lecce, Itália), com supervisão do professor Rafaelle de Giorgi. Durante o curso na UFRJ, houve a mudança para o Superior Tribunal de Justiça, com todos os desafios de adaptação a um novo modo de servir o povo brasileiro. Precisei adaptar nova rotina para conseguir administrar todas as missões simultaneamente.

Agradeço aos que voluntariamente se dispuseram a orar por mim durante essa saga acadêmica. As orações de um justo podem muito em seus efeitos, de modo que ter conseguido concluir com êxito essa jornada é algo que também dependeu do empenho de cada intercessor voluntário.

Gratidão também aos professores membros da banca multidisciplinar da UFRJ, todos com pelo menos dupla formação, tornando a avaliação ainda mais abrangente e exigente: Marcelo de Araújo (na qualificação), Eduardo Ribeiro Moreira (orientador), Luiz Eduardo de Vasconcellos Figueira, Fernando Augusto da Rocha Rodrigues, Delamar José Volpato Dutra, Tassos Lycurgo Galvão Nunes, Glauco Barreira Magalhães Filho. O professor Delamar, em específico, foi um paciente e decisivo supervisor de pesquisas que contribuíram não só para o primeiro livro (sobre liberalismo político de Rawls) como também para o livro que agora está sendo lançado (sobre Kant e interação entre judaísmo e cristianismo)

A realização dessa tese, no contexto em que vivia durante o curso, configura uma aplicação prática do ensinamento de que, aquilo que pode parecer impossível aos homens, não é óbice para o agir de Deus, que transcende as barreiras do impossível humano.

Por fim, espero que essa jornada sirva de encorajamento a outros que possam considerar, com boa vontade, a pesquisa séria no mundo acadêmico, mesmo acreditando (interiormente) que o tempo já passou, ou que é algo difícil demais de ser alcançado. Deus surpreende na fraqueza: onde se é fraco, é aí que se pode ser forte, não por força ou mérito humano, mas pela renovação e encorajamento divinos.

A Deus seja toda a glória, a honra, a majestade e o poder para sempre.

No ano em que morreu o rei Uzias, eu vi também ao Senhor assentado sobre um alto e sublime trono; e a cauda do seu manto enchia o templo.
Serafins estavam por cima dele; cada um tinha seis asas; com duas cobriam os seus rostos, e com duas cobriam os seus pés, e com duas voavam.
E clamavam uns aos outros, dizendo: Santo, Santo, Santo é o Senhor dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória.
E os umbrais das portas se moveram à voz do que clamava, e a casa se encheu de fumaça.
Então disse eu: Ai de mim! Pois estou perdido; porque sou um homem de lábios impuros, e habito no meio de um povo de impuros lábios; os meus olhos viram o Rei, o Senhor dos Exércitos.
Porém um dos serafins voou para mim, trazendo na sua mão uma brasa viva, que tirara do altar com uma tenaz;
E com a brasa tocou a minha boca, e disse: Eis que isto tocou os teus lábios; e a tua iniquidade foi tirada, e expiado o teu pecado.
Depois disto ouvi a voz do Senhor, que dizia: A quem enviarei, e quem há de ir por nós? Então disse eu: Eis-me aqui, envia-me a mim.
Então disse ele: Vai, e dize a este povo: Ouvis, de fato, e não entendeis, e vedes, em verdade, mas não percebeis.
Engorda o coração deste povo, e faze-lhe pesados os ouvidos, e fecha-lhe os olhos; para que ele não veja com os seus olhos, e não ouça com os seus ouvidos, nem entenda com o seu coração, nem se converta e seja sarado.

(Profeta Isaías, 765-681 a. C.
Isaías 6 – fragmentos)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS NOS TEXTOS

ACF	Bíblia Sagrada, na tradução de João Ferreira de Almeida, versão corrigida e fiel
CKTM	Construtivismo kantiano na teoria moral
CRP	Crítica da razão prática
FMC	Fundamentação da metafísica dos costumes
HFM	História da Filosofia Moral
JFPnM	A teoria da justiça como equidade: uma teoria política, e não metafísica
LP	Liberalismo político
RLR	A religião nos limites da simples razão
TJ	Uma teoria da justiça
TS1	Teologia sistemática – v. I
TS2	Teologia sistemática – v. II

SUMÁRIO

ALGUMAS PALAVRAS AO LEITOR 19

APRESENTAÇÃO 23

PREFÁCIOS 27
Paulo Afonso Albino de Souza 27
Kerleiane de Sousa Oliveira 28
Rafael Lima da Costa 31
Carlos Augusto Pires Brandão 34
Ilan Presser 37
Nelson Juliano Cardoso Matos 42
William Douglas 45
Eduardo Ribeiro Moreira 48
Delamar José Volpato Dutra 49
Glauco Barreira Magalhães Filho 53
Tassos Lycurgo 55

INTRODUÇÃO 65

CAPÍTULO 1
PRESSUPOSTOS ILUMINISTAS NO PROCEDIMENTALISMO KANTIANO 77
1.1 Linhas gerais subjacentes ao Iluminismo 77
1.2 O Esclarecimento segundo Kant 86
1.3 Introdução à teoria ética de Kant: a pureza das considerações 90
1.4 O imperativo categórico e a primeira formulação 94
1.5 A segunda e terceira formulações do imperativo categórico 98
1.6 Autonomia, liberdade e moralidade 104
1.7 A primeira parte do livro de Kant sobre religião: o mal radical na natureza humana 108
1.8 A segunda parte do livro sobre a religião: tensão entre o bom e o mau princípio 120
1.9 A terceira parte do livro sobre a religião: o triunfo do princípio bom sobre o mau 131
1.10 A quarta parte do livro sobre a religião: o verdadeiro e o falso culto 142
1.11 A esperança kantiana segundo Wood 152
1.12 A avaliação interna da suficiência da justificação a partir do recurso ao fato da razão 155

CAPÍTULO 2
O TEÍSMO E A PRIMAZIA DA REVELAÇÃO NO JUDAÍSMO ORTODOXO... 169
2.1 O judaísmo e suas ideias básicas 170
2.2 Contextualização do judaísmo rabínico e as quatro camadas interpretativas 181
2.3 Uma análise a partir do contexto do segundo livro de Reis no âmbito do Midrash 182
2.4 O profeta Eliseu em evidência 185
2.5 Alguns episódios e suas interpretações a partir do Midrash 186
2.6 Introdução a outra análise a partir do contexto do livro de Samuel no âmbito do Pshat 201
2.7 Concepção e início da vida de Samuel 202
2.8 A iniciação de Samuel no ofício profético 206
2.9 A consolidação de Samuel como profeta 211
2.10 Considerações sobre a vida de Samuel 221
2.11 Alguns posicionamentos sobre a impessoalidade de Deus 222
2.12 O personalismo dialógico do filósofo judeu Martin Buber 227
2.13 Quatro domínios da revelação segundo McGrath e a repercussão do personalismo dialógico 242

CAPÍTULO 3
TEÍSMO DO CRISTIANISMO CATÓLICO 247
3.1 Agostinho e o impacto do pecado na liberdade humana 247
3.2 Contextualização do advento do esquema moral tomista 252
3.3 A atividade humana prática da perspectiva de Aquino 267
3.4 A natureza humana na perspectiva de Aquino 270
3.5 A racionalidade prática 281
3.6 O lugar e o papel da justiça 292
3.7 O contraponto tomista ao liberalismo kantiano 300
3.8 A virada kantiana do sujeito moderno segundo a percepção católica de Charles Taylor 309
3.9 Problemas da excessiva racionalização sobre o domínio religioso segundo Reale e Antiseri 327
3.10 O rompimento kantiano com a historicidade da redenção segundo Ferretti 333
3.11 Kant e Aquino segundo a avaliação protestante de Collin Brown 337

CAPÍTULO 4
O TEÍSMO CRISTÃO ORTODOXO PROTESTANTE 343
4.1 Introdução ao teísmo a partir do livro de Crônicas e do pastor presbiteriano Henry 344
4.2 A revelação como história: a teologia luterana de Pannenberg 350
4.3 As convulsões e a pretensa neutralidade do secularismo segundo a análise presbiteriana de Frame 355
4.4 A personalidade absoluta de Deus e seu relacionamento pessoal com os humanos 360
4.5 Implicações do deslocamento no domínio da metafísica 365
4.6 Implicações do deslocamento no domínio da epistemologia 366
4.7 Implicações do deslocamento no domínio da teoria dos valores 370
4.8 Implicações problemáticas da filosofia kantiana segundo Frame 374
4.9 Avaliação crítica de Conn sobre os desdobramentos teológicos dos parâmetros de Kant 377
4.10 Avaliação crítica de Pannenberg sobre o impacto da postura kantiana em outras correntes teológicas 384
4.11 A crítica geral ao racionalismo iluminista secularista a partir da teologia anglicana de McGrath 393
4.12 Uma reflexão analógica sobre o secularismo a partir da história da abertura da Teologia à Filosofia 397
4.13 A avaliação do racionalismo pelo protestante presbiteriano Charles Hodge 410

CAPÍTULO 5
AVALIAÇÕES PROTESTANTES MULTIDISCIPLINARES 425
5.1 Pannenberg e o resgate da antropologia teológica quanto à secularização e à concepção do indivíduo 425
5.2 Pannenberg sobre secularização e deslocamento da teologia para a filosofia da subjetividade 438
5.3 Problemas da modernidade iluminista kantiana segundo abordagem anglicana de N. T. Wright 447
5.4 A concepção do sofrimento de Deus: da impassibilidade dos gregos à reação protestante 468
5.5 Uma releitura contemporânea da dimensão existencial da revelação em Kierkegaard 474
5.6 Rompimento kantiano com Jesus histórico e com a graça divina segundo Allen e Springsted 486
5.7 Insuficiências da ética deontológica para elementos do senso comum segundo Moreland e Craig 487
5.8 Inconsistências metodológicas internas da deontologia kantiana segundo Frame 491
5.9 Do naturalismo e antirrealismo iluministas ao relativismo segundo Plantinga, Moreland e Craig 497

CAPÍTULO 6
PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS NA TEORIA DOS DIREITOS HUMANOS 505
6.1 Uma breve história dos direitos humanos na perspectiva de Donnely 505
6.2 Um viés secularista da dignidade humana como fundamento universalizante dos direitos humanos 511
6.3 Uma releitura teológica da dignidade fundamentante dos direitos humanos por Pannenberg e Belkin 525
6.4 Concepção teológica de personalidade: alma e corpo como elementos constitutivos da humanidade 551
6.5 Concepção teológica da destinação humana: conjugação do agir humano com o agir divino 553
6.6 Concepção teológica do pecado: solidariedade passiva universal da humanidade 559
6.7 Concepção teológica da finitude da vida: nexo causal entre pecado e morte 574
6.8 Considerações a partir da teoria da justiça de John Rawls 584

CONCLUSÃO 599

REFERÊNCIAS 605

ÍNDICE REMISSIVO 615

ALGUMAS PALAVRAS AO LEITOR

Ao iniciar a leitura destas páginas, convido o leitor a percorrer uma jornada que nasceu da interação entre a Teologia, a Filosofia e o Direito. Este livro, fruto do encadeamento de pesquisas desenvolvidas ao longo de doutorados e pós-doutorados, tanto em Direito quanto em Filosofia, busca enfrentar uma indagação crucial para o pensamento contemporâneo: em que medida a fundamentação dos direitos humanos pode prescindir da revelação divina e sustentar-se unicamente na razão autônoma, ao modo secularista? Para responder a essa questão, estruturei uma abordagem que visa integrar, de modo fluido e rigoroso, campos do saber frequentemente tratados de forma isolada. O objetivo não é meramente teórico, mas metodológico e prático, demonstrando que a maneira como concebemos a origem das normas morais condiciona decisivamente a forma como estruturamos o Direito, a dignidade humana e a própria ideia de alteridade em uma sociedade plural.

O ponto de partida desta investigação reside no exame minucioso do modelo ético iluminista, tendo Immanuel Kant como seu expoente central. Investigo a arquitetura da razão prática pura, com destaque para a autonomia da vontade, as formulações do imperativo categórico e a tentativa de justificativa pelo fato da razão. No entanto, sob a superfície de um procedimentalismo que se pretende neutro, universal e inclusivo, aponto uma lacuna metodológica comum a leituras ou posicionamentos secularistas: o modelo kantiano carrega compromissos morais e teológicos muito específicos, assumindo contornos preponderantemente deístas e antirrealistas. Ao confinar a religião aos limites do entendimento humano e afastar o elemento histórico e interpessoal da revelação, o Iluminismo kantiano acaba por marginalizar cosmovisões que não podem abrir mão do caráter transcendente e da soberania divina.

Para trazer a exame a suposta neutralidade kantiana, o livro estabelece um contraponto crítico com três matrizes teístas monoteístas mais antigas e ainda vivas no debate intelectual. Examino, em primeiro lugar, o judaísmo ortodoxo, por meio das camadas interpretativas da literatura rabínica e da perspectiva do personalismo dialógico. Em seguida, abordo o cristianismo católico medieval de matriz tomista, centrado na racionalidade prática da lei natural. Por fim, apresento a teologia protestante em suas correntes luterana, calvinista e anglicana, com ênfase na revelação compreendida em sua quádrupla dimensão: como doutrina, como presença relacional, como experiência e também como história. O contraste entre esses paradigmas teístas e a razão kantiana evidencia incompatibilidades estruturais intransponíveis, revelando que a pretensão universalista de Kant nem sempre atende às exigências de um ecossistema plural e verdadeiramente inclusivo.

Na etapa final do livro, conecto todo esse arcabouço filosófico e teológico à teoria geral dos direitos humanos e ao conceito de dignidade da pessoa humana, apresentado como fundamento para a universalização dos direitos humanos. Confronto a perspectiva secularista, representada por autores como Jack Donnelly, que atribuem primazia ao imperativo categórico kantiano, com a matriz teológica articulada por pensadores como Wolfhart Pannenberg, que fundamenta a dignidade na doutrina bíblica da *Imago Dei*. Nesse ponto também há a contribuição de Belkin, que aponta considerações rabínicas da dignidade humanidade a partir da literatura judaica. Demonstrando que a opção por uma base secular ou teológica altera profundamente os elementos que compõem o Direito e a forma como estes se articulam, o trabalho evidencia que o conceito de dignidade possui uma gênese bem mais antiga e robusta no teísmo judaico-cristão do que no projeto moderno secularizado.

Para ajudar na jornada do leitor, este trabalho busca oferecer um panorama claro sobre como a moralidade subjacente a uma dada formatação teológica interfere no Direito e na aceitação de concepções morais distintas. A obra opera como uma apresentação panorâmica dessa controvérsia, mapeando a estrutura de Kant, o contraste com as tradições judaica, católica e protestante, e as repercussões na fundamentação da dignidade e dos direitos humanos.

Feito esse esclarecimento inicial, apresento mais detalhes da jornada do leitor.

A maneira de formulação de fundamentação da Moral interfere na esfera do Direito, com repercussões sobre questões de admissibilidade de concepções morais distintas. Numa sociedade pretensamente plural e inclusiva, é válido inquirir se uma determinada formulação moral consegue atender, ou não, aos anseios do Direito. Assim, pretende-se abordar as concepções kantiana de autonomia e de imperativo categórico, dentro de sua proposta peculiar de razão prática, para, em seguida, conectá-las à maneira como Kant delimita concepções morais substantivas que podem, ou não, harmonizar-se com outras tradições morais que também possuem mecanismos próprios de razão prática. Assim, o estudo da formulação moral de Kant faz compreender que seu modelo traz embutido um compromisso moral específico com algumas concepções subjacentes a seu modelo: I) a noção de Deus (um desdobramento da razão prática); II) uma noção de natureza humana (capaz de vencer seu pendor para o mal); III) como a razão humana pode ser apta, de *per si*, a construir o procedimento de inquirição dos comportamento moralmente aceitáveis ou rejeitáveis, conforme a autonomia desejada por Kant; IV) como o sujeito deve se relacionar com a literatura considerada sagrada (a depender da tradição) e como encarar a suposta revelação contida nos textos considerados sagrados para alguns credos tradicionais (evitando a heteronomia).

Depois de mapear essa estrutura da construção moral de Kant, que determina inclusive como se deve compreender a interação com a dimensão moral/teológica, vai ser possível indicar como Kant "descobre" Deus, como ele entende que a norma moral deve ser construída (afastada da revelação pretensamente divina), como a natureza humana consegue vencer seu pendor para o mal, e como buscar o bem. Isso serve para apontar como a estrutura da filosofia moral kantiana imprime uma formatação específica de concepções subjacentes a seu modelo. Porém, antes do advento da concepção iluminista kantiana, que possui uma pretensão de acolhimento universal, havia algumas tradições morais monoteístas mais antigas que ainda hoje possuem adeptos. Com isso, pretende-se entrar num debate que faz o contraponto entre, de um lado, a formulação iluminista kantiana, e, de outro, as posturas das tradições monoteístas que lhe antecediam. As tradições morais podem, da perspectiva teológica, ser classificadas como: teístas, deístas e ateístas. Cada uma delas será detalhada em suas principais premissas e implicações, tentando, a partir delas, enquadrar o modelo de Kant onde ele parecer melhor se ajustar. Levanto a hipótese que interpreta o modelo kantiano como deísta. Assim, para fazer um contraponto ao modelo teológico e filosófico kantiano (aparentemente deísta), pretendo utilizar alguns exemplos de modelos monoteístas ortodoxos para mostrar como, em cada um desses elementos discriminados, eles apresentam uma perspectiva significativamente distinta da kantiana. As distinções servem para revelar como, em cada ponto de distinção, a razão prática das tradições morais dos modelos monoteístas é incompatível com a razão prática delineada pelo modelo kantiano. Essa incompatibilidade serve para apontar quão irreconciliáveis podem se tornar essas abordagens com pressuposições distintas, pois cada abordagem traz seus compromissos morais específicos dos quais não se pode abrir mão. Assim, um modelo kantiano pretensamente universalista pode colidir com reivindicações morais que outras tradições monoteístas mais antigas e ainda hoje existentes não podem abdicar.

Entre os exemplos de modelos de inquirição moral monoteístas ortodoxos usados para contrastar com a razão prática de Kant, abordam-se três deles. Os paradigmas de teísmo ortodoxo que se levantam para contraponto são: 1) o monoteísmo do judaísmo ortodoxo, ancorado no Antigo Testamento e com amparo interpretativo do Talmud e da literatura típica do judaísmo rabínico; 2) o monoteísmo do cristianismo católico medieval de São Tomás de Aquino (teísmo católico), segundo a releitura efetuada por Alasdair MacIntyre, com algumas colaborações de Agostinho, Taylor e autores da Patrística; 3) o monoteísmo do cristianismo protestante, que pode ser compreendido a partir de comentários sobre antigo escritor do livro bíblico de Crônicas do Antigo Testamento (aceito pelas perspectivas judaica e cristãs, tanto católica quanto

protestante), bem como do comentador expositivo presbiteriano Matthew Henry (teísmo protestante, um século antes de Kant), assim como dos teólogos-filósofos Wolfhart Pannenberg (luterano), John Frame (calvinista), Alister McGrath (anglicano), dentre outros.

Também se avança para um levantamento histórico das ideias teológicas e filosóficas que conduziram ao amadurecimento das feições universais dos direitos humanos. Apresenta-se uma perspectiva mais secularista, a partir de Jack Donnelly, que confere uma primazia decisiva à filosofia moral kantiana, em razão do valor da dignidade humana sustentada em seu imperativo categórico. Porém, para um contraste, apresenta-se uma outra leitura, por uma perspectiva mais teológica, a partir do levantamento histórico realizado por Pannenberg, o qual confere uma primazia decisiva à teologia filosófica cristã, por tratar da dignidade humana em período bem mais antigo. As diferentes abordagens mostram como optar por uma perspectiva secularista ou teológica interfere: 1) na maneira de se compreender quais os elementos que colaboram para a fundamentação do direito; 2) como eles são articulados entre si, de maneira mais ou menos sistemática ou coerente; 3) como ficam suas concepções subjacentes nas premissas da inquirição operada.

Portanto, o leitor que se interessar por alguns desses temas a seguir listados terá discussões do seu interesse: Kant, iluminismo, racionalismo, revelação, autonomia, moralidade, direito, razão prática, teísmo, deísmo, ateísmo, judaísmo, cristianismo, catolicismo, protestantismo, direitos humanos, dignidade humana, interações e eventuais tensões entre Direito, Filosofia e Teologia.

Espero que esta leitura expanda horizontes e ofereça subsídios para o aprofundamento deste debate entre as três áreas, numa época em que o secularismo costuma ser apresentado como adequado e suficiente, sem fazer a devida justiça às colaborações dos modelos monoteístas mais antigos.

Por oportuno, destaco que o prefácio do professor Tassos Lycurgo, em seu item "*XII) Como ler este livro*" traçou um roteiro de como ler esse livro, dependendo de qual perfil e objetivo do leitor, sugerindo a sequência de leitura a depender dos diversos possíveis focos do leitor.

APRESENTAÇÃO

Da origem desse livro

Meus avós negaram a si mesmos para dedicar amor e conferir possibilidade de subsistência aos filhos. Dessa união forte, apesar das adversas circunstâncias de vida, forjaram-se famílias que cultivavam fortemente o amor entre pais e filhos. A semeadura traz colheita. Na geração seguinte, meu pai e minha mãe foram plenamente presentes em minha vida desde antes do meu nascimento. Ambos me incentivaram a estudar, avançar e crescer, com respeito a sólidos princípios. Negaram a si deleites para poderem arcar com boas escolas para os filhos. Mediante a renúncia deles, pude estudar um tempo no Colégio São Francisco de Sales (conhecido como Diocesano, de raiz jesuíta). Lá fui bastante motivado a buscar conhecimento e pesquisar por conta própria, com uma autonomia considerável. Depois, tive um tempo mais breve pelo Instituto Dom Barreto, do professor Marcílio Flávio Rangel de Farias, homem que incutiu um afiado senso de disciplina e responsabilidade no que dizia respeito aos estudos. Ingressei, pelo vestibular, na graduação em Direito da Universidade Federal do Piauí, tendo obtido o sétimo lugar geral na época. À época, também havia passado em primeiro lugar geral do vestibular da Universidade Estadual do Piauí, com escolha para o curso de Engenharia Elétrica. Por ocasião do ingresso na UFPI, eu ainda sonhava em ingressar no Instituto Militar de Engenharia (IME), para ser engenheiro militar em uma universidade admirada. Enquanto cursava o Direito, estudava livros editados pela antiga União Soviética, pois havia, ali, livros excelentes de exatas que ajudariam nos desafios adicionais dos dois vestibulares militares do Brasil (IME e ITA). Além desses livros, estudava também livros de terceiro grau nas áreas de exatas, pois tais vestibulares demandavam ferramentas mais profundas de aprendizado nas respectivas áreas.

Ao fim do segundo período de Direito, ocorreu de eu lograr aprovação no IME, e precisei decidir minha vida universitária em um fim de semana. No início do curso, não hesitaria em partir imediatamente para o IME. Porém, durante o primeiro ano da UFPI, o professor Nelson Juliano Cardoso Matos conseguiu despertar em mim algum interesse pelo Direito e também pela Filosofia. Então optei por seguir na graduação da UFPI. No ano seguinte, o professor Carlos Augusto Pires Brandão sugeriu boa literatura propedêutica, o que aumentou o meu gosto pela Filosofia. Antes do fim da graduação, eu já era servidor concursado na Justiça Federal. Tempos depois, surgiu oportunidade de disputar mestrado em Filosofia na UFPI, ocasião em que o professor Carlos Brandão encorajou, decisivamente, a aventurar a empreitada. Na época,

o professor Nelson Juliano também reforçou o empenho a se aventurar pela empreitada mais filosófica. Após um primeiro seletivo em que não logrei aprovação, um ano depois, no seletivo seguinte, consegui ingressar no Mestrado em Filosofia da UFPI. Fui o primeiro aluno da turma a defender a dissertação de mestrado. Toda a glória seja dada a Deus.

Após o mestrado, decidi enveredar pelo doutorado, também na área de Filosofia. Disputei, simultaneamente, em quatro universidades (UFC, UFPR, UFSC e UFRGS), e estava conseguindo aprovação em cada etapa de cada uma delas. Inclusive consegui tirar o primeiro lugar do concurso para o doutorado em Filosofia da UFPR. Mas Deus encaminhou para que eu realizasse o doutorado em Filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina, em que o professor Delamar José Volpato Dutra foi um orientador e mentor decisivo. Foi uma jornada de anos de pesquisa profunda, junto com o ofício jurídico, durante um tempo em que eu já trabalhava na Defensoria Pública do Maranhão. Alguns colegas da Defensoria também foram apoiadores da jornada daquele tempo: Evaldo, Thyago, Froes, Werther, Mariana, Emanuel, Peterson, Otávio, Lúcio, Jean (hoje, juiz federal), Gabriel, Alberto, Cristiano. Aquela pesquisa de doutorado resultou no meu livro *Liberalismo Político de John Rawls*, publicado em 2020, obra que condensa uma década de estudos concentrados sobre teoria da justiça de Rawls, importante para pesquisadores do Direito, da Filosofia e de diversas ciências humanas.

Terminado o doutorado em Filosofia na UFSC, disputei o pós-doutorado na mesma universidade um ano depois, mas sem sucesso devido a alguns requisitos e circunstâncias que eram impeditivos na época. Alguns anos foram se passando, e o projeto de voltar ao rigoroso mundo da pesquisa acadêmica foi saindo do radar. Após aquela exaustiva jornada do doutorado, as circunstâncias de minha vida estavam colocando em segundo ou terceiro plano a continuidade na pesquisa acadêmica. Por fim, veio um engavetamento total do projeto universitário. Mas duas pessoas sempre insistiam para que eu voltasse ao mundo acadêmico e cursasse um segundo doutorado: Lars Gustav Ingelsrud e o professor Nelson Juliano. Havia também Paulo Afonso Albino que valorizava e encorajava os estudos profundos que incluíssem cultura e teologia. Durante esse período afastado do mundo da pós-graduação estrita, realizei um curso de graduação em Teologia, em que o coordenador Oseas Borges Pontes também despertava para a busca meticulosa do saber das Escrituras. Tive também um despertamento divino para conhecer literatura do judaísmo rabínico. Foi um período de leituras e aprendizados mais teológicos, conforme as inclinações que me interessavam àquele tempo.

Porém, anos depois, já nos meses finais de 2023, quando já estava fora de cogitação qualquer retorno ao mundo acadêmico, Deus despertou-me para

que, novamente, retornasse à pós-graduação. Assim, disputei o pós-doutorado em filosofia da UFSC, e voltei a ter contato com o professor Delamar Dutra, que continuou a mentorear a pesquisa filosófica aprofundada. Meses depois, surgiu oportunidade de disputa em um doutorado em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Lembrei dos anteriores conselhos em prol de um segundo doutorado, e o professor Delamar também sugeriu, com empenho, arriscar a nova empreitada. Disputei e ingressei no doutorado em Direito da UFRJ. Então, de repente, me deparei com uma tríplice responsabilidade cumulativa: atuar no serviço jurídico da Defensoria, pesquisar filosofia profunda no pós-doutorado da UFSC e cursar disciplinas e realizar pesquisas no doutorado em Direito da UFRJ. Deus foi a força e o consolo que me mantiveram de pé durante esse período. O Deus que despertou para essa missão foi o mesmo que providenciou, dia a dia, o cuidado, a disciplina, a paciência, a mente aberta para tentar descobrir soluções. Muitas pessoas, de norte a sul do Brasil, se dispuseram, voluntariamente, a orar por mim durante o período, considerando a elevada responsabilidade de gerir tantos desafios ao mesmo tempo. Em determinado momento, quando estava sem saber quais fontes adicionais utilizar para o tema, houve uma providência divina específica que me conduziu a uma biblioteca de uma faculdade de Teologia em Curitiba (Paraná), ocasião em que descobri obras que seriam profundamente relevantes para minha pesquisa.

O pós-doutorado em filosofia da UFSC durou um ano, de modo que avançamos em muitos pontos e obtive a devida aprovação. O professor Delamar, um pesquisador empenhado nato, sugeriu, porém, que eu voltasse para disputar e tentar realizar um segundo pós-doutorado em Filosofia na UFSC, para dar continuidade a pontos adicionais que ele vislumbrava possíveis para a linha de pesquisa que estava sendo feita. Então disputei o segundo pós-doutorado em Filosofia e reingressei na UFSC. Tudo isso corria paralelamente com as disciplinas do doutorado em Direito da UFRJ, e com as pesquisas e seminários que seriam obrigatórios para avançar na universidade carioca. E tudo isso cumulava com a jornada jurídica na Defensoria, e com os projetos sociais em que a instituição também se fazia presente, a exemplo das parcerias com as escolas públicas da rede municipal em atenção aos jovens estudantes. Na Defensoria, também nesse segundo doutorado, alguns colegas foram, cada um a seu modo, incentivadores: Elaine, Aldy, Gabriel, Paulo, Cristiane. E Deus foi bondoso, dando equilíbrio e sabedoria necessária para cada dia, para não sucumbir ante a enormidade das tarefas, e tentar conduzir cada uma do melhor modo possível. Próximo ao fim do segundo pós-doutorado em filosofia da UFSC ocorreu a defesa final da tese de doutorado em Direito na UFRJ. Consegui ser o aluno da turma que primeiro veio a defender perante a banca.

Para o louvor e a glória de Deus, a banca da UFRJ adjetivou o trabalho como excelente. Novamente, o professor Carlos Brandão, que lá atrás incentivou-me cogitar o mestrado em Filosofia, foi um compreensivo e decisivo apoiador também na época da recente banca de defesa na UFRJ.

Essa pesquisa também tem uma missão de aprofundar em três campos distintos, frequentemente apontados como dissociados, mas em que constatei haver profundas conexões e intercâmbios mutuamente colaborativos: Teologia, Filosofia e Direito. Precisei de autores de excelência em cada um desses domínios, algo que me inquietou no início da jornada por não vislumbrar quantidade suficiente de fontes. Porém, a providência divina permitiu-me, pouco a pouco, descobrir o rol dos autores que fossem mais imediatamente relevantes para a pesquisa que realizei. A responsabilidade de descortinar um tema normalmente diferenciado do que está estabelecido traz ônus adicionais, mas, felizmente, tive a grata alegria de descobrir cada autor de excelência que foi fundamental na consecução dessa pesquisa. A profundidade do conteúdo deste livro, certamente, é profundamente devedora do mérito intelectual peculiar de cada autor que foi utilizado e devidamente referenciado.

Por que relato tudo isso? Primeiro, para enfatizar que essa jornada dependeu de muitas pessoas, inclusive de outras gerações (desde os avós), que foram decisivas, cada uma a seu modo, para cooperar na soma de fatores que de algum modo impactaram minha circunstâncias e me empenharam no estudo sério. Segundo, para enfatizar que até a pesquisa resultante dessas últimas empreitadas da pós-graduação dependeu muito de autores e de livros de excelência que fui descobrindo ao longo da jornada. Terceiro, para demonstrar quão relevante pode ser um professor que realmente deseja incentivar seus alunos para um caminho mais excelente. Quarto, para mostrar como Deus é o Soberano do Universo, o Pai que cuida dos filhos, aquele que projeta, encoraja, vivifica, envia, capacita e permite concluir uma jornada em que se busca pela excelência. Quinto, para mostrar que o presente livro é fruto de uma longa jornada, englobando ao mesmo tempo a pesquisa dos dois pós-doutorados em Filosofia da UFSC e do doutorado em Direito da UFRJ. Cada um desses cursos teve um texto diferente, por pesquisas distintas, mas todos eles se interligavam em uma conexão que trazia unidade a tantos escritos. O presente livro foi um esforço de conexão e união entre as pesquisas resultantes desses três cursos que mencionei. Tentei, também, no limite que era permitido pelas circunstâncias, trazer o rigor acadêmico necessário para a pesquisa, até para poder subsidiar outros acadêmicos que possam eventualmente se interessar pelo assunto. Busquei a excelência, com muita disciplina e dedicação sacrificial (incluindo férias utilizadas para o aprofundamento dos temas), tentei pesquisar com profundidade, velei pela autonomia da pesquisa, e espero que essa leitura traga benefícios a quem dela sinceramente se ocupar.

A dignidade humana, enquanto fundamental universal dos direitos humanos, precisa da revelação divina para se sustentar ou a razão secular é suficiente? O senso comum contemporâneo costuma afirmar que os Direitos Humanos são frutos do Iluminismo. Esta obra nasce justamente para desafiar esse consenso, promovendo um encontro profundo e corajoso entre a Filosofia, o Direito e a Teologia.

A investigação parte do modelo de Immanuel Kant. Sob um sistema que se pretende neutro, universal e inclusivo, o texto expõe que a razão pura kantiana carrega compromissos morais próprios significativos, de contornos deístas, que acabam por afastar e marginalizar qualquer visão de mundo fundamentada na transcendência e na soberania de Deus.

O livro resgata a riqueza de três grandes tradições monoteístas que antecedem, em vários séculos, o pensamento iluminista: a literatura rabínica do judaísmo ortodoxo, a racionalidade da lei natural no tomismo católico e a teologia protestante com sua ênfase na revelação relacional, experiencial e histórica. No contraste das tradições, fica evidente que a moralidade de um povo, moldada também por uma teologia subjacente escolhida, redefine decisivamente o modo como ele estrutura suas bases jurídicas.

Ao confrontar o secularismo moderno com o princípio bíblico da *Imago Dei* – o ser humano criado à imagem e semelhança de Deus –, a obra demonstra que o conceito de dignidade humana não nasceu nos gabinetes iluministas, mas possui raízes muito mais antigas, ricas e consistentes na herança judaico-cristã. Trata-se de uma jornada indispensável para juristas, filósofos, teólogos e pensadores que desejam ir além das respostas prontas e compreender o verdadeiro alicerce moral que sustenta os nossos direitos fundamentais.

Nessa jornada, o leitor é convidado a perceber como a teologia de fundo traz delimitações para a filosofia subjacente, e, por via de consequência, como o direito resultante também é afetado, em sua fundamentação, a partir das premissas ou escolhas teológicas e filosóficas endossadas ou rejeitadas.

CRV

ISBN 978-85-444-4257-9

9 788544 442579